



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª

Aprova o Orçamento do Estado para 2023

Proposta de Aditamento

Mapa de alterações e transferências orçamentais

(a que se refere o artigo 7.º)

Diversas alterações e transferências

25 -A – Transferência de receitas próprias do Ministério da Agricultura e Alimentação no montante de € 50 000 000, para o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P (IFAP), para concretização em 2023 do Programa Plurianual para a Soberania Alimentar Nacional.

25-B – Transferência do orçamento do IFAP, I.P. do montante de € 1 700 000 para o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, para ser aplicada no reforço do quadro permanente de pessoal dos serviços desconcentrados e polos de atividade nas áreas de investigação e desenvolvimento agrícola, nomeadamente para o Banco Português de Germoplasma Vegetal, o Banco Português de Germoplasma Animal, estações experimentais e centros operativos, e no reforço dos meios materiais necessários à manutenção adequada das atividades exercidas por estas entidades e para responder às atividades constantes do Programa Plurianual para a Soberania Alimentar Nacional.

25-C – Transferência do orçamento do IFAP, I.P. do montante de € 800 000 para a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, para ser aplicada nos estudos de caracterização da capacidade produtiva nacional, da identificação das necessidades de aprovisionamento e criação da rede pública nacional de sementes prevista no Programa Plurianual para a Soberania Alimentar Nacional.

Assembleia da República, 4 de novembro de 2022

Os Deputados,

João Dias; Bruno Dias; Paula Santos; Alma Rivera; Alfredo Maia; Jerónimo de Sousa

Nota justificativa:

A falta de capacidade interna em suprir as necessidades de bens alimentares, deixa o país sem mecanismos eficazes para combater a especulação dos preços dos alimentos, diminuindo de forma acentuada os rendimentos das famílias.

Esta situação é bem evidente no aumento sistemático dos bens alimentares ao longo do último ano, que entre Setembro de 2021 e Setembro de 2022, atinge quase 18%, de acordo com os números apresentados pelo INE, chegando aos 31% no caso de óleos e gorduras, aos 25% no caso de produtos hortícolas e aos 23% no caso da carne.

Um País que não assume como prioridade a produção primária para assegurar, em níveis razoáveis, a satisfação da necessidade imediata de alimentar as populações, é um País em que está posta em causa a sua soberania.

A situação atual da produção agroalimentar nacional requer a adoção de medidas urgentes que invertam o sentido de dependência a que se assiste, impondo-se o investimento em conhecimento e promoção de espécies autóctones, adaptadas às condições do País, aos desafios das alterações climáticas e da produção sustentável e às suas necessidades alimentares.

Neste âmbito é inegável, por exemplo, a importância que o Banco Português de Germoplasma detém para a conservação da biodiversidade e para a conservação do património vegetal e animal autóctone, constituindo-se como de enorme valia do ponto de vista da própria soberania alimentar. Estes serviços, bem como outros polos de investigação e experimentação agrícola e pecuária, associados ao INIAV - como o Centro de Experimentação Agrária de Tavira – debatem-se com fortes problemas de financiamento, quer em termos de recursos humanos, quer em meios materiais, para desenvolverem as diversas atividades que lhes estão acometidas.

Importa preservar o uso dos solos mais produtivos para a prática agrícola e assim melhorar os níveis de autoaprovisionamento de alimentos.

No caso particular dos cereais, não se pode deixar de referir que com o desmantelamento da EPAC e com as dificuldades criadas à produção e armazenamento dos cereais, perderam-se sementes e conhecimento, instalando-se a descrença nesta produção, ocupando-se as terras com outras culturas e em especial monoculturas, com os perigos de desertificação dos solos, de contaminação por agroquímicos e vulnerabilidade a pragas que os modos agrícolas superintensivos acarretam.

Com este enquadramento e com vista a responder aos desafios colocados ao país em termos de salvaguarda da soberania alimentar, o PCP apresenta a proposta de elaboração de um Programa Plurianual para a Soberania Alimentar Nacional, e a realização dos estudos e inventários necessários para caracterização do potencial produtivo nacional, o reforço dos orçamentos da DGADR e do INIAV para a sua realização, bem como a criação de um Regime Específico de Apoio e Incentivo à Produção Nacional, com dotação de 50 milhões de euros afeto ao orçamento do Ministério da Agricultura e Alimentação para tomada de um conjunto de medidas para apoio à produção agrícola e pecuária em território nacional.